

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL**

**Naide Maria Baseggio Corrêa**

**UM ABRIGO SALESIANO PARA MENINOS DE RUA**

**Porto Alegre  
2006**

**Naide Maria Baseggio Corrêa**

**UM ABRIGO SALESIANO PARA MENINOS DE RUA**

**Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.**

**Orientadora: Profa. Maria Ceci A. Misoczky**

**Porto Alegre**

**2006**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>O abrigo como alternativa de proteção.....</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>A proposta de abrigagem.....</b>	<b>8</b>
	<b>3.1 A trajetória do Lar Dom Bosco .....</b>	<b>9</b>
	<b>3.2 O Lar Dom Bosco e os valores salesianos.....</b>	<b>11</b>
	<b>3.3 A rotina do Lar Dom Bosco.....</b>	<b>15</b>
	<b>3.4 As articulações.....</b>	<b>17</b>
	<b>3.5 Os questionamentos.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>A busca de uma nova alternativa.....</b>	<b>19</b>
	<b>4.1 Idéias iniciais e articulações.....</b>	<b>19</b>
	<b>4.2 O projeto.....</b>	<b>20</b>
	<b>4.3 O encaminhamento .....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>27</b>

## **Dados de Identificação**

Nome da Entidade: Lar Dom Bosco – LDB

Rua: Duque de Caxias, nº 380, Centro de Porto Alegre.

Fone / Fax: 3221.2005

E-Mail: lardombosco@terra.com.br

Entidade Mantenedora: Inspeção Salesiana São Pio X

Sistematizadora: Naide Maria Baseggio Corrêa

- Assistente Social e Coordenadora do Lar Dom Bosco

- Aluna do Curso de Pós Graduação em Gestão Social da UFRGS

## **1 Introdução**

O presente relatório é uma exigência do curso de Pós-Graduação em Gestão Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Visa apresentar não apenas o relato de uma experiência em Residência Solidária, mas também uma reflexão sobre o atendimento de meninos de rua e um novo conceito de abrigamento como alternativa de vida. Não se trata aqui de um abrigo como o que normalmente costumamos encontrar, mas a proposição de um lugar diferenciado, focado na população de rua e que possa ser eficiente na transformação dessa realidade.

Em junho de 2001, quando fui contratada como assistente social e coordenadora do Lar Dom Bosco<sup>1</sup>, passei de imediato a avaliar o funcionamento da casa, buscando identificar problemas e dificuldades enfrentadas no dia a dia para o desenvolvimento do trabalho. Paralelamente, fomos levantando possibilidades de soluções para as deficiências identificadas, a fim de resolvê-las e qualificar o trabalho. A construção dessas alternativas foi feita com a participação de educadores e educandos. Gradativamente fomos conversando sobre cada uma das dificuldades que surgiam e combinando maneiras de resolvê-las. Construimos juntos as regras da casa, horários, rotina diária, disciplina, cuidados com os equipamentos e manutenção, festas, passeios, participação e convivência.

Entretanto, desde o início do trabalho a questão da abrigagem junto ao Lar Dom Bosco sempre foi questionada por todos, inclusive pelos próprios adolescentes. Eles manifestavam o seu apreço pela entidade e questionavam porque não podiam ficar o tempo todo ali, uma vez que estavam afastados temporária ou definitivamente de suas famílias e morando na rua.

Movida por estes questionamentos e pela pouca incidência obtida na retirada destes meninos da rua, comecei a pensar na possibilidade de transformação do Lar Dom Bosco num abrigo diferenciado, focado especialmente nesta população.

O abrigo pode ser definido como uma medida de proteção, que prevê cuidados básicos, incluindo a guarda e moradia, para crianças e adolescentes que estão provisória ou definitivamente afastados de suas famílias.

A fundamentação para este conceito de abrigagem está no ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069 criada em 1990, que dispõe sobre a proteção integral e assegura direitos às nossas crianças e adolescentes:

**“Art. 4º** É dever da família, da Comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

<sup>1</sup> Organização não governamental que acolhe meninos e meninas de rua

A partir daí, elaboramos um projeto que atendeu a uma exigência do Curso e veio ao encontro do que acredito ser uma necessidade do Lar Dom Bosco. A tentativa de implantação deste projeto, avanços e restrições que se sucederam, é o que pretendemos relatar neste trabalho.

Inicialmente elaboramos uma justificativa para a abrigagem junto ao Lar, procurando relacioná-la com dados de realidade social, legislação e alguns conceitos teóricos. Na seqüência, abordamos uma proposta diferenciada de abrigagem no Lar Dom Bosco e sua relação com a filosofia salesiana, além dos conceitos e fundamentos teóricos sobre a mantenedora e o Lar, que são, em nosso entendimento, da maior importância, para a compreensão de todo este processo.

Finalmente, uma descrição mais detalhada sobre o projeto do novo abrigo, funcionamento, metodologia, avaliação.

## **2 O abrigo como alternativa de proteção**

A extrema carência de condições mínimas de sobrevivência, a desestruturação familiar e os frágeis vínculos afetivos, o uso e o tráfico de drogas são alguns fatores geradores de abandono e negligência, que expõem crianças e adolescentes ao desamparo e os leva à rua como moradia.

Diferentemente do que possamos imaginar, a rua pode ser um lugar com mais recursos e facilidades para se viver do que a própria casa da família. Estamos falando aqui de famílias que, além de desestruturadas, apresentam situações de alcoolismo, doenças mentais, uso e/ou tráfico de drogas, situação de miserabilidade e condições habitacionais precárias. Há também as famílias que usam seus filhos para conseguir dinheiro através da mendicância, pequenos furtos ou tráfico, e impedem seu retorno para casa se não conseguirem a quantia combinada. São freqüentes, também, as situações de famílias em que a mãe e o pai estão separados e constituíram novos relacionamentos. O novo companheiro ou companheira não aceita os filhos da união anterior e acaba expulsando-os de casa, muitas vezes com violência ou por abuso sexual.

Para a grande maioria das pessoas, é inconcebível uma criança ou adolescente morar ou sobreviver nas ruas, sem o amparo e a proteção da família. Para a população em questão, no entanto, o tempo necessário para esta “adaptação” é pequeno. Rapidamente aprendem como conseguir dinheiro e a viver em grupos. Formam as “famílias da rua”, onde consideram-se “irmãos”, protegem-se uns aos outros, ajudam-se, planejam como conseguir dinheiro ou diversão juntos, dividem o pouco que conseguem, constroem e assimilam a hierarquia do grupo a que pertencem e dos grupos rivais. É comum também as brigas entre os diferentes grupos, por motivos fúteis ou quando um não respeita o espaço do outro. Há também as lideranças, que se destacam por sua inteligência, porte físico ou violência, e que costumam coordenar os grupos, dando sempre a palavra final sobre os rumos ou ações a serem tomadas.

Segundo a Fundação SEADE do Estado de São Paulo: “existe um vasto consenso de que a adolescência / juventude é um período de intensa vulnerabilidade.”... e ainda: ... “a sua maior vulnerabilidade, está na condição de adolescente amplamente potencializada pela sua situação de pobreza” <sup>2</sup>, cita também outros fatores como a escola despreparada, a violência, desejos de consumo e envolvimento com os negócios de drogas para conseguir mais rapidamente os recursos necessários.

O abrigo é considerado, como uma medida de proteção, passível de ser aplicada, tendo em vista que esta criança ou adolescente encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade. Ele não substitui a família ou a casa, mas é uma alternativa e sua necessidade é evidente.

Segundo o ECA, no Capítulo que fala das medidas de proteção, temos:

**“Art. 98** – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

I – Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;

<sup>2</sup> Fundação Seade. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. São Paulo.2000. Portal do Governo do Estado de São Paulo.

III – Em razão de sua conduta.”

No **Art. 101**, o parágrafo único diz: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade’.

No Capítulo que fala das **entidades de atendimento** temos:

“**Art. 92**- As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - Preservação dos vínculos familiares;

II - Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção em família de origem;

III - Atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - Não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - Evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - Participação na vida da comunidade local;

VIII - Preparação gradativa para o desligamento;

IX - Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único: O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.”

### **3 A proposta de abrigagem**

O que propusemos foi a criação de um novo espaço de abrigagem, que privilegiasse os meninos de rua, especialmente aqueles que já freqüentam o Lar Dom Bosco. Este espaço estaria em plena sintonia com o Estatuto da Criança e do

Adolescente e a pedagogia salesiana, com uma metodologia adequada à problemática. Não se trataria de mais um abrigo para suprir a comprovada necessidade de vagas, mas de uma proposta diferenciada, que priorizaria um atendimento personalizado, procurando envolver as famílias e orientando para a capacitação e independização dos educandos.

Uma das nossas grandes dificuldades é não contar com abrigos que atendam a população de rua. A maioria dos espaços está voltada para crianças abandonadas, órfãs ou para adolescentes em conflito com a lei. Há poucos espaços, preparados para acolher adolescentes sem problemas graves de conduta e que sejam afetivos, continentais e com propostas claras de trabalho.

O Lar Dom Bosco dispõe de uma ampla estrutura que poderia ser facilmente adaptada para esta finalidade, tem muita credibilidade pelo trabalho que desenvolve e, certamente, continuaria a contar com o apoio dos doadores que vem contribuindo no decorrer de seu funcionamento, além de parcerias com outros serviços e entidades, para um atendimento conjunto e complementar.

Há de considerarmos, também, a carência de vagas para abrigagem e a possibilidade de conveniamento com a FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para manutenção do abrigo, o que sem dúvida alguma viabilizaria o trabalho.

### **3.1 A trajetória do Lar Dom Bosco**

Aos 14 de setembro de 1989, durante a reunião da comunidade salesiana da Casa do Pequeno Operário, o P. Marcos Sandrini propôs comprar uma casa situada na Rua Santo Antônio, nº 36, para fazer dela um lar de atendimento a meninos e meninas de rua ou em situação de risco. A idéia foi aceita pela comunidade iniciando-se as tratativas para tanto.

O Lar Dom Bosco começou a funcionar no dia de São José (19 de março de 1990) e sua inauguração oficial aconteceu no dia 22 de março de 1990. O P. Bonifácio Barbosa assumiu a direção da casa e, juntamente com uma assistente social

e uma cozinheira, iniciou o atendimento aos meninos. Os cuidados incluíam alimentação, higiene, vestuário e recreação. Paralelamente, a assistente social procurava conhecê-los e orientá-los conforme a necessidade de cada um.

Como a casa estivesse pequena para o trabalho e necessitando de reformas, o P. Marcos Sandrini coordenou um movimento para a reforma de um velho casarão com três pisos, na rua Duque de Caxias, 380. Contou com a colaboração valiosa de STIFTUNG SOLIDARITÄTSFFUNDS DON BOSCO e de JUHILA JUGENDHILFE LATEINAMERIKA de BEROMUNTER – Suíça, na pessoa do P. Toni Rogger, SDB, e de MISSIONSPROKUR DER SALESIANER DON BOSCOS de BONN – Alemanha, na pessoa do P. Karl Oerder, SDB. A casa ficou nova e foi inaugurada solenemente no dia 11 de outubro de 2000.

Em dezembro de 2001, foi assinado o convênio de SASE (Serviço de Apoio Sócio-Educativo) com a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), que prevê o atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos, em situação de vulnerabilidade social e pessoal, em situação de rua e que circulam pelo centro da cidade.

Em dezembro de 2001, conveniamos com a ONG Parceiros Voluntários, com o intuito de contar com voluntários para ampliar e diversificar as atividades desenvolvidas, bem como fortalecer o processo de educação informal, especialmente através de atividades de iniciação profissional, como artesanato, padaria, lanches, pinturas especiais, etc.

Em agosto de 2003, assinamos novo convênio com a Prefeitura Municipal, desta vez para o Programa de Trabalho Educativo. Este trabalho prevê o atendimento por quatro horas, três vezes por semana, de um grupo de 14 adolescentes previamente selecionados e carentes, para oficina de informática. Nesta oficina, além dos conhecimentos específicos de informática, são tratados assuntos sobre direitos e deveres, legislação, cidadania, iniciação ao mundo do trabalho, etc.

A partir de abril de 2005, o Lar Dom Bosco por questões de reordenamento administrativo, é desvinculado da Casa do Pequeno Operário e passa a ser mantido e

gerido pela Inspetoria Salesiana São Pio X, órgão máximo da Congregação Salesiana no sul do país. A manutenção do Lar, conta ainda, com recursos provenientes dos convênios com a FASC e doações da comunidade.

Em decorrência dos convênios, passamos a ter supervisão técnica e monitoramento sistemático da FASC, que certamente contribuiu para o aprimoramento do trabalho desenvolvido. Esta relação com a FASC possibilitou o acesso a outros serviços da Fundação, bem como de outras secretarias, que complementam e qualificam o trabalho do Lar Dom Bosco, nas áreas da saúde, educação e esporte, entre outras.

### **3.2 O Lar Dom Bosco e os valores salesianos**

A fim de compreendermos melhor a relação e afinidade existente entre a proposta de abrigagem e a filosofia salesiana, é preciso conhecer um pouco mais sobre os valores que regem esta congregação religiosa. Segundo o Projeto Orgânico Inspetorial (POI), da Inspetoria Salesiana São Pio X, elaborado para o período 2004-2014, ficou definido:

#### **Missão:**

**“Educar e evangelizar com competência os jovens, especialmente os mais pobres, sendo sinais e portadores do amor de Deus, como salesianos de Dom Bosco”.**

- **Educar e Evangelizar:** é a ação essencial da Congregação, expressa nas Constituições Salesianas.
- **Com competência:** é a qualidade do nosso ser e do nosso agir.
- **Os jovens, especialmente os mais pobres:** opção fundamental feita por Dom Bosco desde a fundação da Congregação.
- **Sendo sinais e portadores do amor de Deus:** é a expressão da natureza e missão da Sociedade Salesiana, buscando viver o projeto apostólico do fundador.

- **Como Salesianos de Dom Bosco:** é a expressão carismática de nossa consagração batismal, na Igreja, como seguidores de Jesus Cristo, nos passos de Dom Bosco, santo e fundador.

**Visão:**

**“Ser uma instituição crescente e de referência na educação e evangelização dos jovens, com uma gestão competente, na vivência do carisma salesiano”.**

- Ser uma Instituição Crescente: em qualidade e quantidade.
- De Referência na Educação e Evangelização dos Jovens: na instância eclesial e na sociedade civil.
- Com uma gestão competente: uma forma de governar, de agir, utilizando ferramentas que melhorem e transformem as relações institucionais, interpessoais, visando resultados qualitativos e quantitativos na ação educativo-pastoral.
- Na vivência do Carisma Salesiano: sendo fiéis aos ditames do fundador e da Congregação.

O **Sistema Preventivo**, termo constantemente citado, é antes de mais nada, uma proposta educativa, desenvolvida por Dom Bosco há mais de um século, e que até hoje permanece atual e sendo utilizado como norteador das propostas de trabalho dos salesianos (Congregação Religiosa, fundada por Dom Bosco).

Entre as crenças nas quais se fundamenta a filosofia e o Sistema Preventivo, temos:

1) **Promoção Integral**

a) *Transformação da sociedade a partir da educação do jovem, em solidariedade com o pobre.* Dom Bosco concebia a educação como forma de prevenção e melhoria da sociedade, vendo a educação dos jovens como espaço e instrumento de mudança social e priorizando aqueles mais pobres.

b) *Bons cristãos e honestos cidadãos*. Depois de definir os jovens em situação de dificuldade como prioridade de sua ação, tinha claro que não podia limitar-se ao assistencialismo, mas buscar sua promoção social e cultural. A realização destes jovens passava por uma promoção integral e esta se confundia com uma proposta de evangelização da própria igreja.

## 2) **Metodologia do amor educativo**

- **Razão:** *o eixo psicológico* – se refere aos processos de compreensão de si e do mundo (à tendência para a verdade, o belo, a busca de segurança);
- **Religião:** *o eixo espiritual-religioso* – se refere à busca e descoberta do sentido da vida, à abertura para o transcendente, para o Absoluto – Deus;
- **Amorevolezza – Afeição:** *o eixo afetivo* – se refere à aceitação de si mesmo e à abertura de amor para os outros e para a vida, à alegria de viver.

*“Com Dom Bosco podemos afirmar que os valores do Sistema Preventivo se resumem na prática da Razão, da Religião e da Amorevolezza. O desenvolvimento da educação de forma coerente com estes fundamentos dá origem a um ambiente educativo inspirado num modelo familiar de relação e de conduta, a processos educativos participativos, e a determinadas experiências de vivência de valores que, em conjunto, caracterizam o estilo salesiano de educar”.* (Scaramussa, 2ª parte, Cap. I, , pág.1,1993)<sup>3</sup>

São valores decorrentes destas crenças:

**1) Ambiente educativo:** o cultivo e a defesa da vida em suas múltiplas manifestações.

*”O ambiente é um dos fatores externos que mais incidem sobre a estruturação e o amadurecimento da personalidade. O jovem cresce numa sociedade, numa família, numa pequena comunidade, num bairro, num país. Quando falamos de ambiente referimo-nos também ao meio ambiente, mas de modo especial às estruturas*

---

<sup>3</sup> Scaramussa, Pe. Tarcísio. O Sistema Preventivo de Dom Bosco. Minas Gerais, 1993.

*de relações sociais que se estabelecem entre as pessoas. As macro estruturas tendem a se reproduzir em sentido micro em cada ambiente da vida social. Um ambiente será educativo à medida em que possibilitar uma experiência que não seja apenas reprodutora da estrutura e da cultura hegemônica, mas que seja crítica, criativa e transformadora das mesmas. É preciso cuidar também do ambiente físico, e perceber os seus condicionamentos para o processo educativo.” (Scaramussa, 2ª parte, Cap. 1 – pág. 1 e 2)*

**2) Agentes de educação:** a prática da solidariedade e da participação – comunidade educativa

*“Os agentes da vida de família são os educadores, enquanto exercem a assistência-presença, e os educadores e educandos através da participação diferenciada e orgânica na comunidade educativa.” (Scaramussa, 2ª parte, cap. II, pág. 1)*

Para Dom Bosco, cabe aos educadores a formação do ambiente de família, de favorecer experiências educativas, mas principalmente, estar presente junto aos jovens, numa função de prevenção e proteção, evitando e dispensando procedimentos repressivos e corretivos.

A participação é outro aspecto a ser destacado no Sistema Preventivo. *“Participar em tudo que lhe diz respeito é um valor da consciência social atual. Educar para a participação torna-se um dos objetivos do processo de humanização. Este objetivo só pode ser alcançado através de processos participativos. Sem participação não existe educação”.* (Scaramussa, 2ª parte- cap. 2, pág. 3)

A experiência educativa de Dom Bosco ressalta também formação e participação de grupos. É através deles que os jovens estabelecem relações e objetivos, discutem idéias e valores, desenvolvem ações e vivenciam novas experiências.

**3) Programa educativo:** um caminho de crescimento pessoal e comunitário, baseado na prática de valores assumidos com progressiva coerência e constância.

*“A proposta educativa de Dom Bosco se explica dentro do horizonte de sua visão antropológica cristã. Esta deu origem ao trinômio Razão, Religião, Amorevolezza, que fundamenta a ação dos educadores. Entro da mesma visão deve ser entendido o trinômio: Saúde, Sabedoria, Santidade, que fundamenta o programa formativo dos jovens, especialmente dos mais pobres. São três núcleos interdependentes que respondem às necessidades estruturais e de relações dos jovens, nas diversas dimensões de sua vida. Saúde refere-se à dimensão corporal-afetiva: é sinônimo de vida, alegria de viver. Sabedoria está na dimensão sócio-cultural: a compreensão da vida, o situar-seno tempo e no espaço, capacitar-se para a autonomia, e saber viver. Santidade diz respeito à dimensão religiosa: o sentido da vida, o por quê e o para quê viver, o compromisso!” (2ª parte, cap.III, pág. 3)*

Considerando todo este contexto da Inspetoria Salesiana São Pio X, o Lar Dom Bosco elaborou a sua missão e visão.

### **Missão do Lar Dom Bosco**

**“Acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, buscando sua promoção através do Sistema Preventivo de Dom Bosco”.**

### **Visão:**

**“Ser uma instituição de referência em acolhida, formação humana e organização no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua”.**

### **3.3 A rotina do Lar Dom Bosco**

Atualmente, o Lar Dom Bosco atende em média 15 a 20 meninos e meninas de rua por dia, na faixa etária de 9 a 16 anos no Programa SASE (Serviço de Apoio Sócio Educativo), e mais 14 alunos em situação de vulnerabilidade social, da região centro, no Programa Trabalho Educativo.

O SASE prevê um atendimento de quatro horas diárias no turno inverso da escola. Considerando, porém, que a população que mora na rua não vai para casa e não frequenta escola, esta exigência é flexibilizada, sendo possível a sua frequência nos dois turnos. As crianças e adolescentes atendidos frequentam o centro de Porto Alegre, mas são provenientes de diversos bairros da cidade e de cidades vizinhas como Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Esteio, entre outras.

O trabalho do SASE desenvolve-se das 8:00 as 17:00, de segunda à sexta feira. São servidas três refeições básicas: café da manhã, almoço e lanche. As atividades iniciam com os meninos indo para a praça onde fazem algum tipo de esporte (futebol, vôlei, basquete, taco, etc.). Retornam às 10:00, tomam banho, trocam de roupa e vão para as atividades pedagógicas (leituras, exercícios didáticos, desenho, pintura, recortes, trabalhos com sucata, etc.). As 11:30 tem o almoço e após há um tempo para descanso, quando podem dormir, assistir televisão ou jogar videogame. As atividades reiniciam as 14:00 e variam conforme o dia da semana. Incluem oficinas de música, futebol, culinária, informática, capoeira, jogos de mesa (dama, dominó, trilha, etc.), vídeos, passeios, torneios e jogos amistosos de futebol com outras escolas e organizações. As oficinas são desenvolvidas por educadores do Lar, por voluntários do Parceiros Voluntários, e com serviços da Prefeitura de Porto Alegre (Secretaria de Esportes, Cultura, Saúde) e Casa de Cultura Mário Quintana.

Após o lanche da tarde, os meninos têm tempo livre para televisão, sinuca, fla-flu, até o encerramento das atividades as 17:00. A higiene é estimulada permanentemente, através do banho diário, da troca de roupas, da escovação de dentes, corte de unhas e cabelos, eliminação de piolhos, troca de curativos e demais cuidados pessoais. Fornecemos também roupas e calçados ganhos com doações da comunidade ou adquiridos através dos convênios com a FASC.

### 3.4 As articulações

Para o desenvolvimento das atividades, sentimos necessidade de uma maior articulação com outros serviços que também atendiam à população de rua e, gradativamente, formamos uma rede com objetivos comuns e que buscava aprimorar e complementar sua ação. Estabelecemos o Fórum Interinstitucional da Rua – o Inter-Rua, com reuniões sistemáticas e constante fluxo de comunicação, formado pelo Lar Dom Bosco e por serviços governamentais e não governamentais:

- Serviço de Educação Social de Rua, (Sesrua), da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), responsável pelas abordagens nas ruas, avaliação inicial e encaminhamentos aos diversos serviços da rede;
- Escola Porto Alegre (EPA), da SMED (Secretaria Municipal de Educação), com atendimento escolar voltado especialmente para meninos e meninas de rua;
- Acolhimento Noturno, da FASC, albergue municipal para adolescentes de rua, de 12 a 18 anos;
- Casa de Acolhimento, da FASC, abrigo para crianças até 12 anos;
- Abrigo Ingá Brita (AMIB), da FASC, abrigo para adolescentes de 12 a 18 anos;
- Centro Municipal de Educação do Trabalhador (CMET) Paulo Freire, da SMED, curso supletivo para jovens a partir de 15 anos e adultos;
- Projeto Bonde da Cidadania, da SME (Secretaria Municipal de Esportes), que prevê a utilização de um ônibus que percorre a cidade convidando crianças e adolescentes de rua a participar de atividades esportivas e recreativas nas comunidades, junto a equipamentos da Prefeitura de Porto Alegre, a fim de estimular sua saída das ruas e retorno para sua comunidade de origem;
- Projeto Sobressair, ligado à ACM (Associação Cristã de Moços) e CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), que faz abordagens e acompanhamentos de crianças e adolescentes que estão nas ruas;
- SMED (Secretaria de Educação), representação desta secretaria para agilizar os encaminhamentos e vagas junto a escolas da rede municipal;

- Programa de Redução de Danos (PRD), da SMS (Secretaria Municipal da Saúde), que trabalha junto à população usuária de substâncias psicoativas, informando e orientando sobre o assunto e distribuindo material para diminuir os riscos do uso abusivo e de contaminações.

### **3.5 Os questionamentos**

Outra grande dificuldade para a realização destas atividades, está relacionada com a frequência irregular dos meninos junto ao LDB. A falta de adesão e a rotatividade acabam impedindo um tempo mínimo de aproximação e convivência para o estabelecimento de vínculos e valores. Sem isso, não há a menor possibilidade de interferir significativamente ou propor mudanças na vida destas crianças e adolescentes.

O fato de permanecerem somente durante o dia no Lar Dom Bosco contribui para diluir a eficácia do atendimento. Parece que tudo o que se conquistou durante as atividades se perde no momento em que o menino sai do Lar e volta para a rua. Há uma descontinuidade do trabalho e ele volta a ter contato com as drogas, com o tráfico, com a mendicância, e com as pequenas infrações. Volta a ter espaços de total liberdade e falta de limites. No dia seguinte é preciso retomar tudo outra vez, num movimento de eterno recomeço.

Cabe-nos questionar, então, até que ponto estamos efetivamente ajudando estes meninos e meninas, ou apenas facilitando sua permanência nas ruas.

Juliana Santana (2003), em sua dissertação de mestrado, diz: “as instituições visam, a partir dos seus serviços, à retirada do adolescente do ambiente da rua. Os adolescentes vêem, por sua vez, as instituições como parte integrante da vida na rua, utilizando os seus serviços como forma de garantir a sua sobrevivência neste contexto”<sup>4</sup> Isto pode ser facilmente constatado nas solicitações de vestuário e calçados, no aproveitamento integral das festas, das refeições, dos passeios, afastando-se logo após conseguirem o que foram buscar. Por outro lado, há aqueles

<sup>4</sup> Santana, Juliana Prates. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia. UFRGS. 2003.

que acabam se vinculando à casa e retornando frequentemente, demonstrando uma ligação que extrapola o utilitarismo.

Não se trata aqui de acharmos que nada do que é feito tem validade ou serventia. Podemos constatar mudanças positivas, especialmente no que se refere a comportamento. Depois de um certo tempo de freqüência junto ao Lar Dom Bosco, os meninos passam a cumprimentar, agradecer e pedir por favor, cuidar melhor da higiene e apresentação, comer adequadamente sentando à mesa e usando talheres, ao invés das mãos. Mostram-se mais calmos, mais alegres, mais comunicativos e menos agressivos. Conseguimos alguns retornos para casa, para escola, mas na maioria das vezes, a família e toda sua problemática, terminam expulsando-os para a rua novamente.

#### **4 A busca de uma nova alternativa**

##### **4.1 Idéias iniciais e articulações**

Considerando toda a situação relatada e a preocupação de buscar uma alternativa mais adequada e efetiva para as crianças e adolescentes atendidos, iniciamos uma reflexão e sondagem junto a educadores e educandos do Lar, colegas do Inter-Rua, FASC e Inspetoria Salesiana.

O contato com a equipe do LDB que atua diretamente com os adolescentes aconteceu nas reuniões semanais e em contatos informais. O resultado não poderia ser mais contundente. Todos, sem exceção, mostraram-se favoráveis à idéia do abrigo, contribuindo com questionamentos, dúvidas, possibilidades de execução e sugestões de funcionamento.

A sondagem junto ao Fórum Interinstitucional da Rua, formado pelos diversos serviços que atuam com a população de rua, da mesma forma foi positiva e suscitou grande interesse e participação na discussão. A implantação de um abrigo como o que estava sendo proposto, vinha atender a uma grande lacuna existente no atendimento desta população de rua.

A sondagem junto à FASC iniciou na gestão anterior e foi realizada com a atual também. Foram ouvidas a Gerência do Sesrua, a Coordenação da Rede Especializada (CRE), a Supervisão regional e a Direção Técnica. Todos entenderam ser adequado, necessário e importante a implantação do abrigo.

Estimulados pelos primeiros contatos, sondamos informalmente alguns adolescentes, que imediatamente acharam boa idéia e já queriam se inscrever para participarem da nova casa.

As sondagens aconteceram simultaneamente, na medida em que encontrávamos as pessoas, ou que surgia a oportunidade de discutir o assunto em algum encontro ou reunião.

O contato com várias pessoas da Inspeção Salesiana, no entanto, sempre levantou muito mais dúvidas do que expectativas positivas. A idéia sempre foi tratada com muita precaução. A resistência ao projeto do abrigo foi claramente percebida, e talvez se justifique por experiências anteriores com os antigos internatos, que além de atenderem mais de uma centena de crianças e adolescentes, costumavam ser problemáticos e ineficientes. O fato de não lidarem diretamente com as situações de rua, também favoreceu a um distanciamento da pressão sofrida por quem enfrenta diariamente a falta de recursos adequados.

Sem nos deixar abater por esta resistência inicial, partimos para a elaboração do projeto do abrigo, onde argumentamos mais detalhadamente os objetivos e explicamos como seria seu funcionamento e execução. Em nosso entendimento, o projeto ficou muito claro e justificava a necessidade e adequação do que estava sendo proposto (Anexo 1)

## **4.2 O projeto**

A elaboração do projeto fundamentou-se basicamente na experiência destes cinco anos na coordenação do Lar Dom Bosco, considerando os resultados obtidos e as dificuldades encontradas.

Definimos como objetivo geral do projeto: *“Promover a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de rua ou vulnerabilidade, através de atendimento em abrigo”*.

Um leigo no assunto poderia perguntar: e daí? Qual a novidade nisto tudo? Não existem tantos abrigos na cidade? E eu poderia responder: o diferencial é, exatamente, a fundamentação salesiana, a forma como este abrigo funcionaria, a filosofia salesiana adaptada ao trabalho da abrigagem. A grande maioria dos abrigos existentes não consegue ser continente e afetivo, tem dificuldades em estabelecer limites, em acompanhar a conduta e desenvolvimento dos adolescentes e acaba reproduzindo antigos padrões de instituições globais. As instituições globais provêm todas as necessidades dos educandos e costumam se fechar em si mesmas. Ao mesmo tempo em que não precisam sair para freqüentar uma escola, esporte, lazer, alimentação, cuidados com a saúde, etc, também não aprendem a sobreviverem sozinhos, tornando-se dependentes, revoltados, isolando-se da família e da comunidade em geral.

A proposta de abrigo do LDB prevê uma grande participação comunitária, junto a escolas do bairro, cursos, oficinas diversas, esportes, recreação e lazer. O adolescente usaria o abrigo como uma referência, como moradia, como suporte para o seu desenvolvimento pessoal, mas buscaria na comunidade, os recursos necessários para isso.

A independização e o protagonismo seriam o foco principal do trabalho, diferentemente do que costumamos observar nos abrigos convencionais. Para tanto, acreditamos na educação formal, na formação profissionalizante e posterior encaminhamento para o trabalho, como instrumentos de inclusão social. Nesta linha de raciocínio, pensamos em promover no Lar Dom Bosco, uma série de alternativas de profissionalização, que não seriam restritas aos meninos do abrigo, mas atenderiam também a comunidade carente especialmente da região centro. Atualmente já existe uma oficina de informática que funciona através de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre, no Programa Trabalho Educativo. Outras estariam em fase de implantação como a Oficina de Padaria e ainda em projeto Oficina de Cerâmica e Curso para

Garçom, dependendo apenas de parcerias e recursos econômicos para sua realização. Há todo um projeto neste sentido, que vem sendo elaborado e concretizado gradativamente.

Há também a preocupação com a acolhida deste adolescente. No decorrer destes anos de trabalho com meninos de rua, pudemos constatar que as mudanças de comportamento, os *insights* e a adesão ao programa da casa, só acontecem quando há vínculo. O vínculo se estabelece quando o adolescente se sente acolhido, aceito e respeitado. Se conseguirmos construir isso com os nossos educandos, o trabalho já será positivo e com chances de se efetivar. “Os jovens não somente sejam amados, mas sintam que são amados” (Dom Bosco).

A preparação de um ambiente favorável e o reconhecimento de sua importância no processo educativo é tema muito freqüente nos escritos de Dom Bosco. Scaramussa (pág.3, 2ª parte, Capítulo I) afirma: “O contato com os jovens nas prisões e nas ruas de Turim fez Dom Bosco experimentar a influência que estes ambientes exerciam sobre eles. Movido por razões psicológicas, históricas e religiosas, chegou à conclusão de que a educação, que é obra também do ambiente, se realizaria de forma mais natural numa estrutura educativa familiar. O que poderia expressar melhor a *amorevolezza* para jovens pobres e abandonados, órfãos em grande parte, do que um ambiente de família que lhes possibilitasse segurança e afeto? A familiaridade era vista por Dom Bosco como condição básica para demonstrar-se afeto e para conseguir confiança”.

Refere ainda: “O ambiente é, sobretudo um clima se cria. Na casa de Dom Bosco o clima era de festa, de alegria, e de trabalho”.

E mais: “a alegria, expressa na vivacidade do pátio, dos momentos de recreação, tornava-se um indicador privilegiado que ajudava o educador a conhecer melhor os jovens, na espontaneidade com que se manifestavam nestes momentos. Tornava-se, sobretudo, um meio pedagógico: clima e ocasião para aproximar-se dos jovens e falar-lhes pessoalmente”.

O abrigo proposto prevê também um trabalho intenso junto às famílias, para que tenham condições de assumir novamente seus filhos. Isto inclui entrevistas, reuniões e encaminhamentos diversos para documentação, programas governamentais de apoio às famílias, atendimentos à saúde, trabalho, entre outros. O termo família, aqui, é considerado em seu sentido amplo, não se limitando à família de origem, mas estendendo-se a outros familiares como tios, avós, padrinhos e, mesmo, buscando famílias substitutas. Entretanto, não é fácil a reinserção destes meninos e meninas junto às famílias de origem, por todos os problemas já citados anteriormente, em especial pela fragilidade ou inexistência de vínculos. Quanto às famílias substitutas, sabemos das dificuldades e limitações desta busca, pelas próprias características da população em questão e seu envolvimento com drogas e furtos.

### **4.3 O encaminhamento**

O projeto foi encaminhado para a Inspeção Salesiana, a fim de ser avaliada a possibilidade de implantação do abrigo. Após alguns meses, o parecer do Conselho Inspeção foi negativo, por considerarem a proposta inadequada para este momento. A idéia de um trabalho de abrigagem foi considerada válida, mas nos moldes de casa lar <sup>5</sup>, e, o espaço de pátio do Lar foi considerado pequeno e insuficiente para um abrigo.

Diante deste posicionamento, ficamos praticamente sem ação. O que fazer? Como proceder se a mantenedora não entendia como relevante a transformação do atendimento do Lar Dom Bosco? Inicialmente me desestimulei e pensei em abandonar de vez a idéia. Depois, passei a analisar mais detalhadamente a situação, não só para entender, mas também para buscar novos argumentos que justificassem ou não a continuidade do projeto.

Solicitei participar da reunião do Conselho Inspeção para apresentar a proposta e poder explicá-la melhor, considerando que os integrantes do Conselho não

---

<sup>5</sup> Casa lar é uma modalidade de abrigamento em espaços menores, semelhantes a casas de família, onde um casal é contratado para o trabalho. Este casal, juntamente com seus próprios filhos, assume a responsabilidade de organizar e cuidar das crianças, sob a tutela de uma entidade social.

estão diretamente ligados a este tipo de trabalho, mas infelizmente não consegui espaço para fazê-lo.

Passei então a analisar as prováveis hipóteses que justificariam a negativa.

Segundo Matus (pág.77), “se há consenso sobre uma operação e não predomina a indiferença, a análise das motivações é suficiente para precisar a viabilidade. Mas se há oposições, a viabilidade não depende só das motivações, mas também da força que respalda os apoios, as rejeições e as indiferenças”<sup>6</sup>. Tínhamos conhecimento sobre as restrições de alguns conselheiros sobre o projeto do abrigo e, como não tivemos oportunidade de poder explicar e informar mais concretamente o seu funcionamento, também não tivemos chance de interferir nesta negativa. Matus afirma que as “operações viáveis são: (1) as de *consenso*, isto é, que não tem motivações de rejeição e não podem ser bloqueadas pelo domínio da indiferença; e (2) as *conflitivas*, sempre que a pressão de apoio seja suficientemente superior à pressão de rejeição”. Neste caso, a pressão de rejeição foi maior que a de apoio, sem que pudéssemos argumentar, além do que foi apresentado no projeto inicial.

O Método PES (Plano Estratégico Situacional) de Carlos Matus, (pág. 85, Estratégias Políticas),<sup>7</sup> prevê quatro causas que inviabilizam uma operação: 1)viabilidade política, 2) viabilidade econômica, 3) viabilidade cognitiva, 4) viabilidade organizativa. O projeto do abrigo tem viabilidade econômica, porque além dos recursos da Inspeção, poderíamos contar com convênio da FASC e doações da Comunidade, que certamente seriam suficientes para sua execução. Em relação aos conhecimentos necessários, além da experiência da equipe, poderíamos buscar mais conhecimentos e contar com a supervisão técnica da FASC, entretanto, o distanciamento e, talvez, a falta de um conhecimento mais profundo por parte dos gestores, sobre a problemática da rua possam ter sido determinantes na decisão de vetar o projeto. Quanto à viabilidade organizativa, foi realizado todo um estudo, parcialmente explicitado no projeto do abrigo, que atenderia a este item. Contudo, esta organização e funcionamento, podem não ter ficado suficientemente claros, o que pode também ter contribuído para o veto. A

---

<sup>6</sup> Matus, Carlos. O Método PES. Entrevista com Carlos Matus

<sup>7</sup> Matus, Carlos. Estratégias Políticas

viabilidade política, esta sim nos parece ter sido o grande problema. Não há vontade política neste momento, para a realização de um trabalho com estas características. Para Matus,(pág. 98) “saber usar o poder é questão essencial. Cada ação, cada operação e cada jogada demandam o *uso* de poder e *afetam* o poder acumulado. A relação entre o *poder utilizado* e a *mudança* no poder acumulado, define a *eficiência política*. Trata-se de um critério essencial de avaliação estratégica, em competição com os *critérios de eficiência econômica, cognitiva e organizativa*”.

Outra grande dificuldade em relação ao trabalho com a população de rua está diretamente ligada à subjetividade de seus resultados. Uma pergunta que as pessoas costumam nos fazer com frequência é: “adianta alguma coisa o que vocês estão fazendo?” ou ainda: “vocês conseguem tirar algum da rua?” A resposta, no entanto, é sempre uma incógnita. Não temos como “medir” o sucesso de nossa intervenção. Não sabemos quantos efetivamente saíram das ruas pelo nosso trabalho. Os resultados são *subjetivos, relativos e temporários*. *Subjetivos* porque muito do que se consegue é observável a nível comportamental, relacional. Na convivência diária, constatamos claramente as mudanças positivas de conduta. Os meninos conseguem um relacionamento mais adequado e respeitoso entre eles e com os educadores, demonstrando isso também nos diversos lugares onde participam e com frequência são elogiados. *Relativos*, porque embora para os educadores seja visível alguma melhora de conduta, esta não é suficiente para mantê-los longe das drogas e da rua. *Temporários*, porque nunca sabemos por quanto tempo conseguiremos que permaneçam em casa, na escola, em cursos ou atividades. Mesmo construindo projetos de vida junto com os meninos, e, na maioria das vezes buscando vagas solicitadas por eles, a adesão é geralmente por períodos muito curtos. Eles abandonam com facilidade, oportunidades que poderiam efetivamente transformar suas vidas. Qualquer motivo é suficiente para largar tudo e voltar para a rua. Surge então a grande questão: isso não poderia acontecer também em relação ao abrigo? Pode ser... Nada nos garante que em relação ao abrigo aconteça diferente. A crença, no entanto, é justamente na proposta de um trabalho baseado no vínculo e na confiança, que hoje os faz retornar ao Lar todo dia e por vontade própria sem ter nada que os obrigue. Não há

determinações judiciais ou dos Conselhos Tutelares, apenas voltam porque dizem gostar do Lar e por considerarem sua casa. Alguns meninos referem-se a alguns funcionários como “pai” ou “mãe”, sendo freqüentes as demonstrações de carinho com desenhos, cartões, acenos, beijos, abraços e “presentes” com objetos encontrados na rua.

A proposta das casas lares é muito interessante, tem dado bons resultados, mas com crianças menores. Dificilmente meninos com história de rua, drogadição e pequenas infrações, são aceitos ou colocados em casas lares. São em sua grande maioria, encaminhados para abrigos maiores, com muitos meninos, onde acabam perdendo a individualidade, e envolvendo-se com outros adolescentes mais comprometidos com atos infracionais, tráfico e problemas mentais. Outra dificuldade que tem aparecido no trabalho das casas lares refere-se ao casal responsável. São freqüentes situações onde após todo o processo de adaptação, o casal consegue outra ocupação e sai da casa, problemas trabalhistas relacionados com horas extras e finais de semana, ou ainda problemas em relação aos filhos do casal que acabam sempre tendo regalias sobre os demais.

O tamanho do pátio, alegado como motivo para a não adequação a um projeto de abrigo, também é questionável. A casa é muito espaçosa, o pátio é pequeno, mas comportaria tranquilamente o número de adolescentes proposto. Podemos contar ainda, com o espaço de uma praçinha localizada em frente ao Lar, além de estarmos a duas quadras de outra praça e próximos ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Além disso, a proposta prevê participação intensiva junto a recursos da comunidade, evitando o *enclausuramento* dos meninos aos espaços da entidade.

Estamos, pois, diante de um impasse: deixamos tudo como está, mesmo cientes das limitações do trabalho desenvolvido, ou vamos em busca de uma nova organização que atenda de uma forma mais abrangente e eficaz?

## 5 Considerações finais

O trabalho social não é tarefa fácil. Não fosse pelo enfrentamento de tantos problemas, pelas limitações das pessoas atendidas, pelas deficiências estruturais, temos de nos defrontar com a morosidade para a elaboração e assimilação de novas propostas.

Após quase 30 anos de atividades na área social, governamental e não governamental, e, ao concluir um curso de Especialização em Gestão Social, há um certo desencanto no ar. Tudo na área social parece andar muito lentamente, muito aquém da necessidade das pessoas e da urgência da solução dos problemas.

Na área governamental, a gestão social está diretamente ligada aos interesses políticos partidários vigentes. Toda e qualquer ação passa a depender da vontade dos políticos que assumem os cargos de confiança, e, que frequentemente ignoram toda uma construção de conhecimentos para impor suas idéias. Há um descaso com projetos e trabalhos em andamento e experiências acumuladas. A cada troca de governo ou de chefia, é preciso todo um convencimento do “novo chefe” para poder assegurar a continuidade dos trabalhos ou implantação dos novos.

Na área não governamental, isto não é diferente, no entanto as trocas de chefias são menos freqüentes e parecem interferir menos nos processos em andamento. Em ambas as áreas, no entanto, a aprovação de novos projetos dependerá da sensibilidade e abertura das gerências.

O projeto de transformação do Lar Dom Bosco em abrigo, embora tenha muita identificação com a filosofia e a pedagogia que direciona os salesianos, não é por si só, garantia de sucesso. Pode também não ser a melhor forma de atendimento aos meninos de rua, mas neste momento é a que nos parece ser a mais adequada e eficaz.

***“Em todo jovem, mesmo no mais rebelde, existe um ponto acessível ao bem; o primeiro dever do educador é descobrir este ponto, esta corda sensível do coração e tirar proveito disto”. Dom Bosco***

## **Bibliografia**

1. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**
2. **LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993**
3. **Leite, Ligia Costa. Meninos de Rua – A infância excluída no Brasil. São Paulo. Atual Editora, 2001.**
4. **Leite, Ligia Costa Leite. A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata. Petrópolis, RJ. Vozes, 1991**
5. **8º PTEPI – Plano Trienal Educativo Pastoral Insuperiorial 2002 – 2004. Insuperioria Salesiana São Pio X. Porto Alegre.**
6. **Projeto Orgânico Insuperiorial (POI) da Insuperioria Salesiana São Pio X, 2004-2014.**
7. **Scaramussa, Pe. Tarcísio. O Sistema Preventivo de Dom Bosco. Belo Horizonte, MG.CESAP,1993.**
8. **Santana, Juliana Prates. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. Dissertação de Mestrado ao Instituto de Psicologia da UFRGS, 2003.**
9. **Fundação SEADE. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. Portal do Governo do Estado de São Paulo. [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br),2000.**
10. **Matus, Carlos. Estratégias Políticas: chimpanzé, maquiavel e gandhi. São Paulo. Edições Fundap, 1996.**
11. **Huertas, Franco. O método PES: Entrevista com Carlos Matus. São Paulo. Edições Fundap, 1996.**